

Demonstrações Contábeis Regulatórias

Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A.

31 de dezembro de 2021
com Relatório do Auditor Independente

Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2021

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias	1
Demonstrações contábeis regulatórias	
Balanço patrimonial	4
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	6
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	7
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias.....	8



São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek,
1909
Vila Nova Conceição, São Paulo - SP,
04543-011

Tel: +55 11 2573 3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Administradores e Acionistas da
Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela diretoria com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir determinação da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

Outros assuntos

A Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A. elaborou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 10 de março de 2022, com opinião sem modificação.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com o MCSE e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

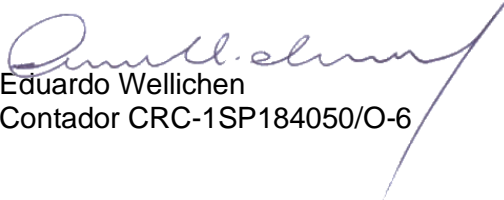
•

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance, da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 21 de março de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Eduardo Wellichen
Contador CRC-1SP184050/O-6

Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A.

Balço patrimonial
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Ativo			
Ativo Circulante		36.958	197.386
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	33.559	5.524
Investimentos Temporários	4	1.202	190.072
Tributos Compensáveis		2.152	1.760
Outros Ativos Circulantes		45	30
Ativo Não Circulante		549.992	268.379
Imobilizado	5.1	549.856	268.262
Intangível	5.2	136	117
Total do Ativo		<u>586.950</u>	<u>465.765</u>

Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Passivo			
Passivo Circulante		60.577	12.623
Fornecedores		14.310	10.499
Debêntures	6	43.049	-
Obrigações Sociais e Trabalhistas		1.415	1.101
Tributos		1.777	994
Provisão para Compensação Ambiental		26	29
Passivo Não Circulante		456.531	429.000
Debêntures	6	456.531	429.000
Total do Passivo		517.108	441.623
Patrimônio Líquido			
Capital Social	7.1	69.842	24.142
Reserva de Lucros	7.2	287.247	158.662
Prejuízos Acumulados	7.2	(287.247)	(158.662)
Total do Patrimônio Líquido		69.842	24.142
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		586.950	465.765

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Lucros a Realizar	Reserva de Retenção de Lucros	Lucros (Prejuízos) Acumulados (*)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	24.142	687	-	13.538	(14.225)	24.142
Reserva Legal	-	4.141	-	-	(4.141)	-
Reserva para Investimentos	-	-	-	140.296	(140.296)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	24.142	4.828	-	153.834	(158.662)	24.142
Aumento de Capital Social	45.700	-	-	-	-	45.700
Proposta da administração para transferir o saldo da reserva de retenção de lucros para reserva de lucros a realizar	-	-	153.834	(153.834)	-	-
Destinação Proposta à A.G.O.:						
Reserva Legal	-	6.430	-	-	(6.430)	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	122.155	-	(122.155)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	69.842	11.258	275.989	-	(287.247)	69.842

(*) Apesar da posição patrimonial apresentar prejuízos acumulados, a operação da Companhia não é deficitária. Este prejuízo é decorrente do fato que para fins societários o reconhecimento da receita ocorre desde o início da construção do empreendimento e para fins regulatórios, tal reconhecimento ocorre conforme emissão das faturas da receita de transmissão. Estas diferenças estão descritas e conciliadas na NE 8.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do Exercício	-	-
Redução (Aumento) de Ativos		
Imposto de Renda e Contribuição Social	(392)	(1.748)
Outros	(16)	(6.603)
	<u>(408)</u>	<u>(8.351)</u>
Aumento (Redução) de Passivos		
Fornecedores	3.811	(15.318)
Obrigações Sociais e Trabalhistas	314	94
Tributos	784	911
Juros e Variação Monetária	70.580	38.535
Outros	(3)	27
	<u>75.486</u>	<u>24.249</u>
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	<u>75.078</u>	<u>15.898</u>
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Aplicações de investimentos curto prazo	-	(383.841)
Resgates de investimentos curto prazo	188.870	200.347
Imobilizado	(281.594)	(245.037)
Intangível	(19)	(21)
	<u>(92.743)</u>	<u>(428.552)</u>
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimento	<u>(92.743)</u>	<u>(428.552)</u>
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Aporte de capital em controladas	45.700	-
	<u>45.700</u>	<u>-</u>
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades de Financiamento	<u>45.700</u>	<u>-</u>
Varição Líquida do Caixa e Equivalentes de Caixa	28.035	(412.654)
Demonstração da Variação do Caixa e Equivalentes de Caixa		
No início do exercício	5.524	418.178
No fim do exercício	33.559	5.524

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1. Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

A Companhia possui o direito de explorar, diretamente o seguinte contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Contrato de concessão					
Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP	Índice de correção	Data da entrada em operação comercial
19/2017	30	2047	123.585	IPCA	fev/22

(*) A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é definida pelo Poder Concedente e corrigida anualmente, para períodos definidos como ciclos, que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, por meio de Resoluções Homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A RAP informada está conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 2.895 de 13/07/2021. RAP acrescida de PIS e COFINS, conforme definido contratualmente o valor será de R\$ 136.181.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

1.1 Impactos do COVID 19 (Coronavírus) nos negócios da Companhia

Diante da pandemia reportada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) relacionada à difusão do COVID-19, a Companhia adotou medidas de monitoramento e prevenção a fim de proteger seus colaboradores e comunidades em que atua, visando manter a continuidade operacional de suas linhas de transmissão, observando as recomendações das autoridades sanitárias.

Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

A partir de 18 de outubro de 2021, os colaboradores do Escritório Corporativo iniciaram a retomada do trabalho presencial na modalidade de escala híbrida e de forma flexível, seguindo um protocolo rigoroso de cuidados e prevenção à COVID-19, cujas principais orientações são: revezamento de colaboradores(as) em regime de escala, sendo três dias de forma presencial e dois dias em home office (trabalho remoto); estabelecimento de horários flexíveis para jornada de trabalho e refeições; uso obrigatório de máscaras durante toda a interação presencial; testagem semanal no primeiro dia de trabalho no escritório; distanciamento das estações de trabalho e demais ambientes do escritório (copas, banheiros); restrições de utilização de salas de reunião e incentivo à realização de reuniões de forma virtual, e realização de treinamento específico sobre os cuidados e regras de comportamento esperado durante a retomada e enquanto perdurar o alerta contra a COVID-19.

Adicionalmente, foram avaliados os possíveis impactos em relação aos saldos contábeis, divulgados a seguir:

Em relação a seus investimentos, não foram identificadas desvalorização subsequente dos mesmos. A Companhia mitiga os riscos de volatilidade do mercado financeiro efetuando aplicações em investimentos que possuem remuneração fixa, tendo em vista seu perfil conservador.

O negócio da Companhia apresenta receita previsível, reajustada pela inflação (IPCA) e de longo prazo, assegurada pelos modelos regulatórios do segmento de atuação, não apresentando risco de demanda. Desta forma, a administração da Companhia não considera que exista risco significativo de não realização de seus recebíveis.

Com base na avaliação acima, em 31 de dezembro de 2021 e até a data de emissão dessas demonstrações contábeis regulatórias, não foram identificados impactos significativos aos negócios da Companhia que pudessem requerer divulgação.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da resolução normativa nº 605 de 11 de março de 2014.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações contábeis estatutárias societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no

Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa e apresentar diferenças de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societárias e regulatórias. Estas diferenças constam na nota explicativa nº 8, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

As demonstrações contábeis regulatórias foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 21 de março de 2022.

2.1. Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, quando requeridos pelas normas contábeis.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias exige que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos que afetam a aplicação de políticas contábeis e determinam os valores registrados. A liquidação das transações que envolveu estas estimativas pode divergir significativamente dos valores registrados nas demonstrações contábeis.

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das práticas contábeis regulatórias

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis Societárias apresentadas na nota explicativa nº 3, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

3.1. Imobilizado e intangível

Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Companhia agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os encargos financeiros incorridos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possuía nenhum ativo qualificável elegível a capitalização dos encargos de dívidas.

Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a debêntures obtidas de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possuía nenhum intangível qualificável elegível a capitalização dos encargos de dívidas.

Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3.2. Apuração do resultado e do resultado abrangente

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. Os custos e despesas foram capitalizados durante o exercício para a construção do imobilizado necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido e incorporados ao valor do ativo imobilizado até a conclusão da construção. A Companhia não está apresentando a demonstração do resultado do exercício corrente, uma vez que não ocorreram transações com impacto no resultado da Companhia em 2021.

A Companhia não apurou o resultado abrangente no exercício em virtude da inexistência de transações e outros eventos de transações e outros eventos e circunstâncias não originadas dos sócios.

3.3. Normas emitidas ou alteradas, mas ainda não vigentes

VNR (Valor Novo de Reposição)

A reavaliação compulsória do imobilizado deve ser aplicada ao imobilizado das Outorgadas as quais possuem revisão tarifária. A reavaliação deverá ser aplicada de acordo com a metodologia do Valor Novo de Reposição – VNR e o registro contábil do VNR deve ser efetuado pela diferença, negativa ou positiva, verificada entre o valor homologado e o saldo contábil na data da revisão tarifária e tem por finalidade permitir reconhecer no resultado regulatório da Outorgada, a efetiva depreciação do exercício considerada na formação da sua Receita Requerida – RR.

4. Caixa, equivalentes de caixa e investimentos temporários

Instituição / linha devedora	31/12/2021		31/12/2020	
	Principal Curto Prazo	Saldo Total	Principal Curto Prazo	Saldo Total
Caixa e Aplicações Financeiras	34.761	34.761	195.596	195.596
Caixa e Bancos	65	65	852	852
Aplicações Financeiras	33.494	33.494	4.672	4.672
Investimentos Temporários	1.202	1.202	190.072	190.072

Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

5. Imobilizado e Intangível

5.1. A composição do imobilizado é como segue:

Descrição	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições (A) (*)	Baixas (B)	Transferências (C)	Outros (D)	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições Líquidas = (A)+(B)+(C)+(D)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2021	Valor Líquido em 31/12/2020
Ativo Imobilizado em Curso										
Transmissão	268.262	324.363	-	-	(42.769)	549.856	281.594	-	549.856	268.262
Máquinas e Equipamentos	151	319	-	-	(2)	468	317	-	468	151
Móveis e utensílios	18	-	-	-	-	18	-	-	18	18
Material em depósito	131.028	59.308	-	-	-	190.336	59.308	-	190.336	131.028
A ratear	121.160	226.285	-	-	-	347.445	226.285	-	347.445	121.160
Adiantamento a Fornecedores	13.770	36.788	-	-	(42.767)	7.791	(5.979)	-	7.791	13.770
Outros	2.135	1.663	-	-	-	3.798	1.663	-	3.798	2.135
Administração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	268.262	324.363	-	-	(42.769)	549.856	281.594	-	549.856	268.262
Total do Ativo Imobilizado	268.262	324.363	-	-	(42.769)	549.856	281.594	-	549.856	268.262

(*) O montante de juros capitalizado no exercício de 2021 foi de R\$70.580.

Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

5.2. A composição do intangível é como segue:

Descrição	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições Líquidas = (A)+(B)+(C)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2021	Valor Líquido em 31/12/2020
Ativo Intangível em Curso									
Transmissão	117	19	-	-	136	19	-	136	117
Servidões					-	-		-	
Softwares	82	9	-	-	91	9	-	91	82
Outros	35	10	-	-	45	10	-	45	35
Total do Ativo Intangível	117	19	-	-	136	19	-	136	117

Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

5.3. As taxas médias anuais de depreciação da Companhia são conforme segue:

Ativo Imobilizado	Taxas anuais médias de depreciação (%)	31/12/2021			31/12/2020
		Valor Bruto	Depreciação Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em curso					
Transmissão	-	549.856	-	549.856	268.262
		549.856	-	549.856	268.262
		549.856	-	549.856	268.262

5.4. A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso	Material / Equipamentos	Outros Gastos	Total
Máquinas e Equipamentos	319	-	319
A Ratear	-	226.285	226.285
Material em Depósito	59.308	-	59.308
Adiantamentos a Fornecedores	-	36.788	36.788
Outros	-	1.663	1.663
Total das Adições	59.627	264.736	324.363

5.5. As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº. 674 de 2015 são as seguintes:

Transmissão	Taxas anuais de depreciação (%)
Condutor do sistema	2,70
Equipamento geral	6,25
Estrutura do sistema	2,70
Religadores	4,00

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº. 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

6. Debêntures

6.1. Abertura do Endividamento

Instituição / linha credora	31/12/2021					Taxa a.a			
	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente?	Data Captação/Repactuação	Tipo de Garantia	Indexador	Juros %
Debêntures - 1ª Emissão - Banco Itaú S.A.	44.172	(1.123)	456.531	499.580	Sim	dez/19	Não há	IPCA	4,50%
Total por Dívida	44.172	(1.123)	456.531	499.580					

Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo

Instituição / linha credora	Data Próximo Pcto Juros	Frequência Pagto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortiz.	Sistemática Amortização	2023	2024	2025	2026	2027	Após 2027	Total
Debêntures - 1ª Emissão - Banco Itaú S.A.	13/06/2025	Semestral	15/12/2022	15/12/2044	Semestral	Bullet (final)	20.751	20.751	20.751	20.751	20.751	352.776	456.531
Total por Dívida							20.751	20.751	20.751	20.751	20.751	352.776	456.531

Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

Instituição / linha credora	31/12/2020					Taxa a.a			
	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente?	Data Captação/Repactuação	Tipo de Garantia	Indexador	Juros %
Debêntures - 1ª Emissão - Banco Itaú S.A.	-	-	429.000	429.000	Sim	dez/19	Não há	IPCA	4,50%
Total por Dívida	-	-	429.000	429.000					

Instituição / linha credora	Data Próximo Pgto Juros	Frequência Pagto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortiz.	Sistemática Amortização	Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo						
							2022	2023	2024	2025	2026	Após 2026	Total
Debêntures - 1ª Emissão - Banco Itaú S.A.	13/06/2025	Semestral	15/12/2022	15/12/2044	Semestral	Bullet (final)	19.500	19.500	19.500	19.500	19.500	331.500	429.000
Total por Dívida							19.500	19.500	19.500	19.500	19.500	331.500	429.000

O saldo de principal da dívida do circulante e não circulante encontra-se acrescido de juros e variação monetária incorridos até 31 de dezembro de 2021 e líquido de custos a amortizar no montante de R\$23.596 (R\$ 24.571 em 31 de dezembro de 2020).

Debêntures 1ª emissão: Em dezembro de 2019, a ESTE emitiu debêntures, no valor de R\$ 415.000, com prazo de vigência de 25 anos.

Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

6.2. Abertura dos Ativos Financeiros

Instituição / linha devedora	31/12/2021		31/12/2020	
	Principal Curto Prazo	Saldo Total	Principal Curto Prazo	Saldo Total
Caixa e Aplicações Financeiras	34.761	34.761	195.596	195.596
Caixa e Bancos	65	65	852	852
Aplicações Financeiras	33.494	33.494	4.672	4.672
Investimentos Temporários	1.202	1.202	190.072	190.072

6.3. Composição do Endividamento e Dívida Líquida

Resumo	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Total 2021	Total 2020
(+) Dívida Bruta	44.172	(1.123)	456.531	499.580	429.000
Debêntures. Moeda Nacional	44.172	(1.123)	456.531	499.580	429.000
(-) Ativos Financeiros	-	(34.761)	-	(34.761)	(195.596)
Alta Liquidez	-	(34.761)	-	(34.761)	(195.596)
(+) Dívida Líquida	44.172	(35.884)	456.531	464.819	233.404

7. Patrimônio Líquido

7.1. Capital Social

O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$69.842 (R\$24.142 em 31 de dezembro de 2020), representado por 28.830.541 ações ordinárias, sem valor nominal.

	Quantidade de ações		
	Integralizadas Ordinárias	% do capital	
		Votante	Total
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	28.830.540	100,00%	100,00%
Outros	1	0,00%	0,00%
	28.830.541	100,00%	100,00%

Conforme AGE nº 03/21 de 03 de novembro de 2021, a Companhia realizou aumento de capital no montante de R\$45.700.

Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

7.2. Reservas de lucros

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Reserva legal	11.258	4.828
Reserva de retenção de lucros	-	153.834
Reserva de lucros a realizar	275.989	-
	<u>287.247</u>	<u>158.662</u>

Reserva legal: A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social. O saldo em 31 de dezembro de 2021 é de R\$11.258 (R\$4.829 em 31 de dezembro de 2020).

Reserva de retenção de lucros: Os valores mantidos em reserva de retenção de lucros serão distribuídos conforme deliberação dos Acionistas e disponibilidade de caixa da Companhia. O saldo em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 153.834.

Reserva de lucros a realizar: A Administração encaminhará à Assembleia Geral Ordinária a proposta de destinação da rubrica reserva de retenção de lucros, que não foi realizada financeiramente, para a rubrica reserva de lucros a realizar. Essa parcela advém substancialmente da contabilização de ativos e passivos, cujos prazo de realização financeira ocorrerão em exercícios futuros. Dessa forma, os valores mantidos nessa rubrica serão distribuídos conforme deliberação dos Acionistas e realização financeiras dos saldos de ativo contratual e, conseqüente geração de caixa pela Companhia. O saldo em 31 de dezembro de 2021 é de R\$275.989.

8. Conciliação do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado, Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória:

Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	31/12/2021			31/12/2020		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo						
Ativo Circulante						
Caixa e Equivalentes de Caixa	33.559	-	33.559	5.524	-	5.524
Investimentos Temporários (*)	1.202	-	1.202	190.072	-	190.072
Tributos Compensáveis	2.152	-	2.152	1.760	-	1.760
Outros Ativos Circulantes	45	-	45	30	-	30
Ativo Não Circulante						
Ativo contratual da concessão	-	1.089.995	1.089.995	-	562.883	562.883
Imobilizado	549.856	(549.856)	-	268.262	(268.262)	-
Intangível	136	(136)	-	117	(117)	-
Total do Ativo	586.950	540.003	1.126.953	465.765	294.504	760.269

Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	31/12/2021			31/12/2020		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo						
Passivo Circulante						
Fornecedores	14.310	-	14.310	10.499	-	10.499
Debêntures	43.049	-	43.049	-	-	-
Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.415	-	1.415	1.101	-	1.101
Tributos	1.777	-	1.777	994	-	994
Outros Passivos Circulantes	26	(1)	25	29	(3)	26
Passivo Não Circulante						
Debêntures	456.531	-	456.531	429.000	-	429.000
Tributos Diferidos	-	147.976	147.976	-	81.735	81.735
Contribuições e Encargos Regulatórios Diferidos	-	104.781	104.781	-	54.110	54.110
Total do Passivo	517.108	252.756	769.864	441.623	135.842	577.465
Patrimônio Líquido						
Capital Social	69.842	-	69.842	24.142	-	24.142
Reservas de Lucros	287.247	-	287.247	158.662	-	158.662
(Prejuízos) Acumulados	(287.247)	287.247	-	(158.662)	158.662	-
Total do Patrimônio Líquido	69.842	287.247	357.089	24.142	158.662	182.804
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	586.950	540.003	1.126.953	465.765	294.504	760.269

(*) As nomenclaturas destas contas estão sendo apresentados em conformidade ao MCSE e correspondem, nas demonstrações contábeis societárias, à conta de Investimento de curto prazo.

Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	31/12/2021			31/12/2020		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Operações						
Receita / Ingresso						
Disponibilização do Sistema de Transmissão	-	460.416	460.416	-	492.548	492.548
Receita de Remuneração dos Ativos da Concessão	-	66.697	66.697	-	20.791	20.791
Tributos						
PIS-PASEP	-	(8.697)	(8.697)	-	(8.470)	(8.470)
COFINS	-	(40.061)	(40.061)	-	(39.014)	(39.014)
Encargos - Parcela "A"						
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	(1.913)	(1.913)	-	(1.845)	(1.845)
Receita Líquida / Ingresso Líquido	-	476.442	476.442	-	464.010	464.010
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis	-	476.442	476.442	-	464.010	464.010
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"						
Custo de Implantação de Infraestrutura	-	(281.617)	(281.617)	-	(245.056)	(245.056)
Resultado da Atividade	-	194.825	194.825	-	218.954	218.954
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro	-	194.825	194.825	-	218.954	218.954
Despesa com Impostos sobre o Lucro	-	(66.242)	(66.242)	-	(74.517)	(74.517)
Resultado Líquido do Exercício	-	128.583	128.583	-	144.437	144.437

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória.

Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

8.1. Efeitos de contabilização de contratos de concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, a Companhia atua como prestador de serviço. A Companhia implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. A Companhia constrói, opera e mantém a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. A Companhia deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes e CPC 48 - Instrumentos Financeiros. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

9.1.1. Ativo Contratual da Concessão

A Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que a Companhia recebe pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa

Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

o componente de financiamento, estabelecida no início de cada projeto de 8,0% a.a.; e (ii) atualizado pelo IPCA.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos da concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passaram a ser registrados na rubrica “Ativo contratual da concessão”, como um ativo contratual, por terem o direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas à correção monetária pela variação do IPCA e ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos e encargos regulatórios - TFSEE registrados na conta “Contribuições e encargos regulatórios diferidos” no passivo não circulante.

9.1.2. Custo de Infraestrutura

O custo da infraestrutura é uma parte importante da fórmula para definição da tarifa a ser cobrada pela Companhia, nos termos do Contrato de Concessão. As regras para definição da infraestrutura remunerada através da tarifa e sua mensuração são estabelecidas pelo Poder Concedente e passíveis de julgamento, e não necessariamente estão alinhadas com práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas regras regulatórias podem levar ao registro como infraestrutura gastos que, eventualmente, não poderiam ser classificados como tal de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, ou não considerar gastos capitalizados de acordo com essas práticas contábeis, quando dos processos tarifários.

Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

9.1.3. Arrendamentos

O CPC 06 (R2) – Arrendamentos, substituindo o CPC 06 (R1) – Operações de arrendamento mercantil e correspondentes interpretações. A norma estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1), ou seja, reconheça ativos representando o direito de uso e passivos para todos os contratos de arrendamento, a menos que o prazo do contrato seja inferior a doze meses ou o valor do ativo objeto do arrendamento tenha valor não significativo. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro. O CPC 06 (R2) também exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas no CPC 06 (R1).

Até que seja feita uma análise pelo órgão regulador, e posteriormente a sua recomendação, os efeitos das alterações contábeis advindas da aplicação do CPC 06 (R2) – Arrendamentos não serão refletidas para fins regulatórios.

9.2. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Saldo do patrimônio líquido conforme contabilidade societária	357.089	182.804
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo contratual da concessão (CPC 47)	(540.004)	(294.507)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	252.757	135.845
Saldo do patrimônio líquido contabilidade regulatória	<u>69.842</u>	<u>24.142</u>

9.3. Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Lucro líquido conforme contabilidade societária	128.583	144.437
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo contratual da concessão (CPC 47)	(194.825)	(218.954)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	66.242	74.517
Lucro líquido regulatório	<u>-</u>	<u>-</u>